

No. 33210

BRAZIL
and
**UNITED NATIONS EDUCATIONAL,
SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION**

Protocol of Agreement, supplementary to the Revised Standard Agreement on technical assistance between Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, on the study and development of the Brazilian ecotones. Signed at Brasília on 6 September 1996

Authentic texts: Portuguese and French.

Registered by Brazil on 10 October 1996.

BRÉSIL
et
**ORGANISATION DES NATIONS UNIES
POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE
ET LA CULTURE**

Protocole de Convention complémentaire à l'Accord de base d'assistance technique entre le Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses agences spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique, en matière de recherche et de développement des écotones brésiliens. Signé à Brasília le 6 septembre 1996

Textes authentiques : portugais et français.

Enregistré par le Brésil le 10 octobre 1996.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURAL (UNESCO) AO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SUAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS E A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA EM MATÉRIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DOS ECÓTONOS BRASILEIROS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

**A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
(doravante denominados “Partes Contratantes”),**

Considerando que as relações de cooperação entre o Governo brasileiro e a UNESCO foram fortalecidas com o apoio do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, assinado no Rio de Janeiro, a 29 de dezembro de 1964;

Considerando o estreitamento da cooperação e o desenvolvimento do intercâmbio de experiências proporcionados pelo Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 1981;

Considerando que a cooperação científica, técnica e institucional na área de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável têm interesse específico para as Partes;

Considerando o documento intitulado “Programa Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros” elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial de nº 226/95, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, bem como as conclusões e recomendações do Workshop Internacional sobre o mesmo Programa, realizado em Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins, de 05 a 08 de março de 1996;

Lembrando os objetivos do Protocolo de Intenções, assinado em 02 de junho de 1994, entre o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) da República Federativa do Brasil e a UNESCO, referente ao Programa UNITWIN e às Cátedras UNESCO,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I
Objetivos

O Ajuste Complementar tem os seguintes objetivos:

- a) reunir as competências das instituições de pesquisa, de cooperação técnica e científica e de financiamento, em nível nacional e internacional, com vistas a aprofundar os conhecimentos relativos aos ecótonos brasileiros;
- b) implantar, nas referidas zonas, um processo de desenvolvimento sustentável, de modo que os recursos naturais dos ecótonos possam ser utilizados em benefício das populações locais e da humanidade, garantindo sua preservação, sua conservação e seu uso sustentável;
- c) desenvolver, em função dos conhecimentos, tecnologias adaptadas a essas zonas, transferindo-as às populações locais, e aos setores público e privado, no contexto da legislação brasileira, normas internacionais e interesses da sociedade;
- d) reforçar as instituições envolvidas nesses campos, principalmente as universidades, estabelecendo mecanismos de parceria, de divulgação e transmissão dos resultados obtidos;
- e) desenvolver, a partir da Universidade do Tocantins, no âmbito do Programa UNITWIN e das Cátedras UNESCO, uma rede internacional de universidades e de instituições de pesquisa e de formação nas áreas abrangidas pelo Programa.

ARTIGO II
Da Execução

- I. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
- a) o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, doravante denominado “MMA” e seus órgãos e instituições vinculadas como responsáveis pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, conforme suas finalidades e atribuições, e
 - b) o Governo do Estado de Tocantins como responsável especial e sede do Programa pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, conforme suas finalidades e atribuições.
2. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante denominada “UNESCO” designa o seu Escritório de Representação no Brasil como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, em colaboração com os setores da Educação e das Ciências Exatas e Naturais, na Sede.

ARTIGO III
Obrigações das Partes Contratantes

1. Ao Governo brasileiro caberá:
- a) Por meio do MMA:
 - i) reunir recursos próprios e/ou mobilizar recursos externos, em nível nacional e internacional, para a administração do Programa e o desenvolvimento de seus eixos de pesquisa;
 - ii) garantir o funcionamento da direção e dos serviços técnico-administrativos do Programa e constituir, em articulação com as demais Partes, o Conselho Técnico-Científico e a Secretaria Executiva, que serão respectivamente encarregados de definir as orientações do Programa e de garantir sua execução;

iii) coordenar o Programa com outros projetos e/ou instituições, em nível nacional e internacional, que atuam nas mesmas áreas, ou que desenvolvam linhas de pesquisa complementares ao Programa.

b) Por meio do Governo do Estado do Tocantins:

i) colocar à disposição do Programa, via Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente, Universidade do Tocantins e demais instituições envolvidas, governamentais ou privadas, a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades previstas;

ii) fornecer os meios necessários ao funcionamento da infra-estrutura acima referida;

iii) instituir e coordenar, juntamente com os demais executores, um Conselho Consultivo para o Programa, cujo estatuto e composição serão definidos posteriormente.

2. À UNESCO caberá:

a) solicitar a cooperação e estimular o apoio das instituições de pesquisa, de cooperação científica e técnica, e de financiamento a nível internacional, particularmente aquelas ligadas ao sistema das Nações Unidas, a fim de integrá-las ao Programa;

b) fornecer cooperação científica, técnica e institucional ao Programa, na qualidade de membro do Conselho Técnico-Científico, em função de seus meios;

c) favorecer a participação das instituições que fazem parte do Programa nas atividades desenvolvidas pela UNESCO em áreas similares, em particular no âmbito dos programas "Man and Biosphere" - MAB, do Programa Hidrológico Internacional - PHI e da biodiversidade.

ARTIGO IV

Implantação do Programa

1. O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 226/MMA, de 31 de agosto de 1995, elaborará o projeto de regulamento interno do Programa, indicando a composição e as atribuições dos citados Conselhos e da Secretaria Executiva, bem como as formas de engajamento e de participação científica, técnica, institucional e financeira das instituições, projetos e entidades que venham a ser integrados ao Programa.
2. O Grupo de Trabalho acima mencionado garantirá a administração do Programa até a constituição dos Conselhos e da Secretaria Executiva.

ARTIGO V

Entrada em Vigor, Emendas e Duração

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da assinatura pelas Partes Contratantes. Terá duração indeterminada.
2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado com o consentimento das Partes Contratantes.
3. O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado por notificação escrita de uma das Partes Contratantes e expirará no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do recebimento da notificação.
4. As obrigações contratadas pelas Partes em função do presente Ajuste Complementar subsistirão após sua denúncia, na medida em que for necessário, conforme o parágrafo 3 acima.

ARTIGO VI

Solução de Controvérsias

Qualquer diferença ou divergência decorrente da implementação do disposto neste Ajuste Complementar deverá ser resolvida amigavelmente, por consulta ou negociação entre as Partes Contratantes, sem participação de terceiros ou tribunal internacional.

ARTIGO VII
Privilégios e Imunidades da UNESCO

Os participantes do Programa não serão considerados agentes ou membros do Quadro de Pessoal da UNESCO e não poderão beneficiar-se das vantagens, imunidades e reembolsos não mencionados neste Documento. Eles não estão autorizados a comprometer a UNESCO a assumir obrigações que não estejam expressamente mencionadas no presente Ajuste Complementar.

Feito em Brasília, em 06 de setembro de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



Pela Organização das Nações Unidas
para a Educação, a Ciência e a Cultura:



PROCOLE DE CONVENTION¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE (UNESCO) COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE D'ASSISTANCE TECHNIQUE ENTRE LE BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES, SES AGENCES SPÉCIALISÉES ET L'AGENCE D'ÉNERGIE ATOMIQUE, EN MATIÈRE DE RECHERCHE ET DE DÉVELOPPEMENT DES ECOTONES BRÉSILIENS

L'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture
(UNESCO)

et

Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil

(dorénavant dénommés "Parties Contractantes")

CONSIDERANT que les relations de coopération entre l'UNESCO et le Gouvernement brésilien ont été renforcées par l'Accord d'assistance technique entre le Brésil, l'O.N.U., ses agences spécialisées et l'AIEA du 29 décembre 1964²,

CONSIDERANT le resserrement des liens de coopération et le développement des échanges d'expériences dues à l'Accord de Coopération Technique en matière d'éducation, de science et de technique signé entre l'UNESCO et la République Fédérative du Brésil le 29 janvier 1981³.

¹ Entré en vigueur le 6 septembre 1996 par la signature, conformément à l'article V.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 684, p. 249.

³ *Ibid.*, vol. 1292, p. 213.

CONSIDERANT que la coopération scientifique, technique et institutionnelle dans le domaine de l'environnement et du développement durable ont un intérêt spécifique pour les Parties,

CONSIDERANT le document intitulé "Programme International de Recherche et Développement des Ecotones Brésiliens" élaboré par le Groupe de Travail institué par l'arrêté ministériel n° 226 du 31 août 1995 du Ministère de l'Environnement, des Ressources Hydriques et de l'Amazonie Légale, ainsi que les conclusions et recommandations de l'Atelier International sur le Programme qui a eu lieu à Lagoa da Confusão, dans l'Etat du Tocantins, du 5 au 8 mars 1996.

RAPPELANT les objectifs du Protocole d'Intention signé le 2 juin 1994 entre le Ministère de l'Éducation et du Sport (MEC) de la République du Brésil et l'UNESCO concernant le Programme UNITWIN et des Chaires UNESCO.

Sont d'accord pour le suivant:

ARTICLE I: OBJECTIFS

Le Protocole de Convention a les objectifs suivants:

a) Rassembler les compétences des Institutions de recherche, de coopération technique et scientifique et de financement au niveau national et international, en vue d'approfondir les connaissances relatives aux écotones brésiliens.

b) Implanter, dans les zones concernées, un processus de développement durable, de façon à ce que les ressources naturelles des écotones puissent être utilisées au bénéfice des populations locales et de l'humanité, garantissant leur préservation, leur conservation et leur usage durable.

c) Développer, en fonction de l'état des connaissances, des technologies adaptées à ces zones, en les transférant aux populations locales, secteurs public et privé, dans le cadre de la législation brésilienne, des normes internationales et des intérêts de la société.

d) Renforcer les institutions impliquées dans ces domaines, notamment les universités, en établissant des mécanismes de partenariat, de divulgation et de la diffusion des résultats obtenus.

e) Développer, à partir de l'Université du Tocantins, dans le cadre du Programme UNITWIN et des Chaires UNESCO, un réseau international d'universités et d'instituts de recherche et de formation dans les domaines du projet.

ARTICLE II EXECUTION

1. Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil nomme:

a. Le Ministère de l'Environnement, des Ressources Hydriques et de l'Amazonie Légale, dorénavant le MMA, et ses organes et institutions

responsables pour l'exécution des actions comprises dans le présent Protocole de Convention en conformité avec ses finalités et attributions;

b. Le Gouvernement de l'Etat du Tocantins responsable spécial et siège du Programme pour l'exécution des actions comprises dans le présent Protocole de Convention, en conformité avec ses finalités et attributions.

2. L'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, dorénavant l'UNESCO, nomme son Bureau de Représentation au Brésil responsable pour l'exécution des actions comprises dans le présent Protocole de Convention en collaboration avec les secteurs de l'Education et celui des Sciences Exactes et Naturelles au Siège.

ARTICLE III OBLIGATION DES PARTIES CONTRACTANTES

1. Le Gouvernement de la République Fédérative du Brésil doit,

a) Par le biais du MMA:

i) Rendre disponibles des ressources propres et/ou mobiliser des ressources externes au niveau national et international, pour l'administration du Programme et le développement de ses axes de recherche.

ii) Assurer le fonctionnement de la direction et des services technico-administratifs du Programme et constituer en articulation avec les autres parties, le Conseil Technico-Scientifique et le Secrétariat Exécutif qui seront

respectivement chargés de définir les orientations du Programme et d'assurer sa mise en oeuvre.

iii) Coordonner le programme avec d'autres projets et/ou institutions à niveau national et international agissant dans les mêmes domaines, ou qui développent des axes de recherche complémentaires du Programme.

b) Par le biais du Gouvernement de l'Etat du Tocantins:

i) Fournir au Programme, à travers le Secrétariat de Planification, le Secrétariat de l'Environnement, l'Université du Tocantins, et autres institutions concernées, gouvernementales ou privées, les infrastructures nécessaires pour le développement des activités prévues.

ii) Fournir les moyens nécessaires pour le fonctionnement de l'infrastructure ci-dessus mentionnée.

iii) Créer et coordonner, conjointement avec les autres organismes exécuteurs, un Conseil Consultatif pour le Programme, dont le statut et la composition seront définis ultérieurement.

2. L'UNESCO doit:

a) Solliciter la coopération et stimuler le soutien des institutions de recherche, de coopération scientifique et technique, de financement au niveau international, particulièrement celles liées au système des Nations Unies, en vue de les faire participer au Programme.

b) Fournir une coopération scientifique, technique et institutionnelle au Programme, en qualité de membre du Conseil Technico-Scientifique, en fonction de ses moyens.

c) Favoriser la participation des institutions parties prenantes du Programme dans les activités que l'UNESCO développe dans les domaines similaires, en particulier, au sein des programmes MAB (L'Homme et la Biosphère), PHI (Programme Hydrologique International) et de la Biodiversité.

ARTICLE IV MISE EN OEUVRE DU PROGRAMME

1. Le Groupe de Travail institué par l'arrêté du MMA, n° 226 du 31 août 1995 élaborera le projet de règlement interne du Programme indiquant la composition et les attributions des dits Conseils et du Secrétariat Exécutif, ainsi que les formes d'engagement et de participation scientifique, technique, institutionnelle et financière des institutions, projets et entités qui viendraient à être intégrées au Programme.

2. Le Groupe de travail indiqué ci-dessus assurera l'administration du Programme jusqu'à la constitution des Conseils et du Secrétariat Exécutif.

ARTICLE V DATE D'ENTREE EN VIGUEUR, AMENDEMENTS ET DUREE

1. Le présent Protocole de Convention entrera en vigueur à la date de la signature par les Parties Contractantes. Il aura une durée indéterminée.

2. Le présent Protocole de Convention pourra être amendé avec le consentement des Parties Contractantes.

3. Le présent Protocole de Convention pourra être dénoncé par voie de notification écrite par l'une des Parties Contractantes et prendra fin six mois après réception de cette notification.

4. Les obligations contractées par les Parties au titre du présent Protocole de Convention subsisteront après son dénoncement, dans la mesure où ce sera nécessaire conformément au paragraphe 3 ci-dessus.

ARTICLE VI REGLEMENT DES DIFFERENDS

Tout différend ou divergence relatif à la mise en oeuvre des dispositions du présent Protocole de Convention devra être réglé par entente amiable, par consultation ou négociation, entre les Parties Contractantes sans la participation de tiers ou de tribunal international.

ARTICLE VII PRIVILEGES ET IMMUNITES DE L'UNESCO

Les participants à ce Programme ne seront pas considérés comme agents ou membres du personnel de l'UNESCO. Ils ne pourront pas jouir des avantages, immunités, remboursements non prévus dans le présent

Protocole. Ils ne sont pas autorisés non plus à engager l'UNESCO à assumer des obligations qui n'y sont pas explicitement mentionnées.

Fait à Brasilia, le 06 septembre 1996, en deux exemplaires originaux en portugais et en français, en deux textes identiques.

Pour l'Organisation des Nations Unies
pour l'éducation, la science
et la culture :

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Mayor Zaragoza', with a small superscript '1' to its right.

Pour le Gouvernement
de la République Fédérative du Brésil :

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luiz Felipe Lampreia', with a small superscript '2' to its right.

¹ Federico Mayor Zaragoza.

² Luiz Felipe Lampreia.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

PROTOCOL OF AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO) SUPPLEMENTARY TO THE REVISED STANDARD AGREEMENT ON TECHNICAL ASSISTANCE BETWEEN BRAZIL AND THE UNITED NATIONS, ITS SPECIALIZED AGENCIES AND THE INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY, ON THE STUDY AND DEVELOPMENT OF THE BRAZILIAN ECOTONES

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering that cooperative relations between the Government of Brazil and UNESCO have been strengthened by the Revised Standard Agreement on technical assistance between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency of 29 December 1964,²

Considering the strengthening of ties of cooperation and the development of exchanges of experience as a result of the Agreement on Technical Cooperation in the fields of education, science and culture signed on 29 January 1981³ between the Government of the Federative Republic of Brazil and UNESCO,

Considering that scientific, technical and institutional cooperation in the field of the environment and sustainable development are of particular interest to the Parties,

Considering the document containing the international programme for Research and Development of the Brazilian Ecotones drafted by the working group established by ministerial decree No. 226/95 of 31 August 1995 of the Ministry of the Environment, Water Resources and Legal Amazonia, as well as the conclusions and recommendations of the international workshop on the Programme held at Lagoa da Confusão, Tocantins State, from 5 to 8 March 1996,

Recalling the objectives of the Protocol of Intention signed on 2 June 1994 between the Ministry of Education and Sport of the Federative Republic of Brazil and UNESCO concerning the UNITWIN/UNESCO Chairs Programme,

Agree as follows:

¹ Came into force on 6 September 1996 by signature, in accordance with article V.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 684, p. 248.

³ *Ibid.*, vol. 1292, p. 213.

Article I

OBJECTIVES

The objectives of this Protocol of Agreement are as follows:

(a) To mobilize the skills of national and international research, technical and scientific cooperation and funding establishments with a view to furthering knowledge of the Brazilian ecotones;

(b) To introduce, in the zones concerned, a process of sustainable development, so that the natural resources of ecotones may be used to benefit local populations and humankind, through action to ensure their preservation, conservation and sustainable use;

(c) To develop, in the light of available knowledge, technologies adapted to those zones, by transferring them to local populations, and to the public and private sectors, within the framework of Brazilian legislation, international norms and the interests of society;

(d) To strengthen institutions involved in such fields, in particular universities, by establishing mechanisms for partnership, disclosure and dissemination of results obtained;

(e) To develop, at the University of Tocantins and within the framework of the UNITWIN/UNESCO Chairs Programme, an international network of universities and research and training establishments in the various areas of the Programme.

Article II

IMPLEMENTATION

1. The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

(a) The Ministry of the Environment, Water Resources and Legal Amazonia, hereinafter referred to as "MMA", and its bodies and institutions as responsible for implementing activities under this Protocol of Agreement, in conformity with its objectives and mandate;

(b) The Tocantins State administration, which, as the headquarters of the Programme, is especially responsible for the implementation of activities under this Protocol of Agreement, in conformity with its objectives and mandate.

2. The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, hereinafter referred to as "UNESCO", designates its Office in Brazil as responsible for the implementation of activities under this Protocol of Agreement, in collaboration with its Education and Exact and Natural Sciences sectors at Headquarters.

Article III

OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

1. The Government of the Federative Republic of Brazil shall:

(a) Through the MMA:

- (i) Make its own resources available and/or mobilize outside resources at the national and international levels for the administration of the Programme and the development of its research themes;

- (ii) Ensure the functioning of the management and technical and administrative services of the Programme and, in conjunction with the other parties, establish a Technical and Scientific Council and Executive Secretariat which shall be respectively entrusted with defining and implementing Programme policy;
- (iii) Coordinate the Programme with other projects and/or institutions at the national and international levels operating in the same fields or developing additional research themes for the Programme.

(b) Through the Tocantins State administration:

- (i) Provide the Programme, through the Planning Secretariat, the Environment Secretariat, the University of Tocantins and other governmental or private establishments involved, with the necessary infrastructure to develop the planned activities;
- (ii) Provide the necessary resources to ensure the functioning of such infrastructure;
- (iii) Establish and coordinate, jointly with other executive bodies, a Programme Advisory Council, whose statute and composition shall be established in due course.

2. UNESCO shall:

(a) Seek the cooperation and encourage the support of international bodies concerned with research, scientific and technical cooperation and funding, particularly those associated with the United Nations system, in order to promote their participation in the Programme;

(b) Render scientific, technical and institutional assistance to the Programme, as a member of the Technical and Scientific Council, and according to available resources;

(c) Encourage the involvement of those establishments participating in the Programme in UNESCO activities in similar fields, especially the Programme on Man and the Biosphere (MAB), the International Hydrological Programme (IHP) and the Biodiversity Programme.

Article IV

PROGRAMME IMPLEMENTATION

1. The working group established by MMA decree No. 226 of 31 August 1995 shall draft the Programme's rules of procedure, which shall specify the composition and mandate of the said Councils and the Executive Secretariat and the types of commitment and scientific, technical, institutional and financial participation of any establishments, projects and entities that are integrated into the Programme.

2. The working group specified above shall administer the Programme until the Councils and the Executive Secretariat are established.

Article V

ENTRY INTO FORCE, AMENDMENT AND DURATION

1. This Protocol of Agreement shall enter into force on the date of signature by the Contracting Parties. Its duration shall be indefinite.

2. This Protocol of Agreement may be amended by agreement of the Contracting Parties.

3. This Protocol of Agreement may be denounced by written notice of either Contracting Party and shall be terminated six months after receipt of such notice.

4. The obligations contracted by the Parties under this Protocol of Agreement shall subsist following its denunciation, insofar as may be necessary pursuant to paragraph 3 above.

Article VI

SETTLEMENT OF DISPUTES

Any dispute or difference over the implementation of the provisions of this Protocol of Agreement shall be settled by amicable agreement, consultation or negotiation between the Contracting Parties without the involvement of a third party or an international tribunal.

Article VII

PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF UNESCO

Programme participants shall not be considered agents or staff members of UNESCO. They shall not benefit from advantages, immunities or reimbursements not envisaged in this Protocol of Agreement. Nor shall they be authorized to commit UNESCO to obligations which are not specifically indicated herein.

DONE at Brasília on 6 September 1996, in duplicate, in the Portuguese and French languages, both texts being equally authentic.

For the United Nations Educational,
Scientific and Cultural Organization:

FEDERICO MAYOR ZARAGOZA

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

